

Este dossiê temático reúne cinco artigos que tratam de questões relacionadas com as políticas educacionais na América Latina. Nos textos os autores apresentam e discutem os problemas, as perspectivas e as tensões políticas e acadêmicas e revelam as diversas questões inseridas na discussão das políticas educacionais definidas e empreendidas pelos Estados latino-americanos.

No contexto em que os ajustes estruturais e setoriais foram tomando forma e impondo relações econômico-sociais e político-ideológicas para o conjunto dos países e, particularmente, para os países latino-americanos, as condições e particularidades periféricas resultam em singularidades no processo de acumulação de capital, com origens históricas demarcadas quando eclode sistematicamente o processo de acumulação que se recompôs depois de 1960/70. Este processo se intensificou a partir da chamada crise da dívida da década de 1980, em países endividados e exportadores de capitais líquidos para os países centrais do capitalismo, especialmente os do Terceiro Mundo entre os quais se encontram os países da América Latina.

Para as agências financeiras multilaterais, particularmente o Banco Mundial, o receituário para os problemas econômicos, políticos e sociais é sustentado num tripé articulado da seguinte maneira: crise do Estado, crise de competitividade econômica e crise social. O nome dado ao receituário desse tripé é **ajustamento estrutural e setorial**, aplicado especialmente a partir da década de 1980, conforme relata Roberto Leher:

O ano de 1982 é convencionalmente definido como o da ‘crise da dívida’ dos países latino-americanos, um marco cujas repercussões político-econômicas se propagaram por toda a década, ressoando ainda nos anos 1990. No entanto, se é verdade que 1982 é um marco, também é certo que os acontecimentos que transformaram a economia latino-americana naquele ano têm raízes muito profundas, dizendo respeito às condições estruturais do capitalismo [...] e, sobretudo, ao atual estágio de hipertrofia do capital financeiro (1998, p. 128).

Foi nesse contexto que os chamados empréstimos para ajustamento estrutural foram implementados pelo Banco Mundial e de forma convergente pelas outras agências financeiras multilaterais, desde o final da década de 1970, como mecanismos geradores de condicionalidades para cobrar dos países endividados maior rigor e sustentabilidade fiscal e financeira aos bilhões de dólares em empréstimos realizados pelo capital financeiro internacional. Assim, o receituário para o ajuste estrutural e setorial ganha maior expressão e operacionalidade política e financeira a partir da década de 1980, fazendo grandes e rápidos empréstimos aos países endividados na órbita da “crise da dívida”. Por isso, “Estes empréstimos foram chamados de **empréstimos para ajustamento estrutural** (*Structural adjustment loans – SAL*) e seriam liberados apenas para aqueles países que concordassem em fazer **reformas** em suas economias, segundo a linha preconizada pelo Banco” (LEHER, Roberto, 1998, p. 135).

Ancoradas no processo de ajustamento estrutural, as reformas implementadas deveriam abarcar o tripé da crise como diagnóstico e, conseqüentemente, como receituário. O receituário trata da crise do Estado de uma forma geral. Acerca desta questão, o Banco Mundial (1997), em documento intitulado *O Estado num mundo em transformação*, apresenta a sua conceituação e o seu receituário sobre o Estado e a função que ele ocupa como componente da crise e solução para ela no atual estágio de desenvolvimento da sociedade mundial, que corresponde ao nome dado de globalização. Isso significa, como ensina um

social-democrata, que “[...] a globalização corresponde a um avanço da coordenação da economia pelo mercado e a um novo impulso para as ideologias neoliberais. Ora, crise do Estado não é mais nada do que o outro lado da mesma moeda da globalização”. (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 169).

O relatório do Banco Mundial sobre a reforma do Estado propugna que, para um desenvolvimento sustentável, equitativo e capaz de reduzir a pobreza, existem cinco ingredientes cruciais:

- base jurídica;
- clima político propício, com estabilidade macroeconômica;
- investimentos em recursos humanos e infra-estrutura;
- proteção dos grupos vulneráveis;
- proteção do meio ambiente natural (1997, p. 43).

Desses ingredientes, o estabelecimento da base jurídica tem uma forte prioridade e está associado de forma crucial ao fortalecimento e/ou à criação de instituições que possam contribuir para o funcionamento do mercado. Nesse sentido, a desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho são componentes estratégicos, defendendo, portanto, como um dos principais postulados, os alicerces institucionais e as instituições decorrentes desse processo para favorecer o resguardo da propriedade e do mercado, reduzindo custos e ampliando a lucratividade das empresas. O relatório do Banco Mundial explicita que:

Os mercados sustentam-se em alicerces institucionais. [...]. Sem os rudimentos de uma ordem social sustentada pelas instituições os mercados não podem funcionar. [...]. Os mercados não podem se desenvolver se não houver efetivos direitos de propriedade. E os direitos de propriedade só são efetivos quando são preenchidas três condições. A primeira é a proteção contra o roubo, a violência e outros atos predatórios. A segunda é a proteção contra atos arbitrários do governo, de regulamentos e impostos imprevisíveis à corrupção deslavada, que perturbam a atividade empresarial. [...]. A terceira condição é um judiciário justo e previsível. (1997, p. 43).

O Estado é apresentado pelo Banco Mundial não como uma entidade descartável ou inútil. Não há nenhum retorno linear e mecânico aos desdobramentos institucionais do Estado antes do processo de desenvolvimento do capital monopolista. A questão apresentada não é um dilema sobre se o Estado é ou não estratégico ao desenvolvimento, manutenção e reprodução do capital. Essa questão foi superada e está inteiramente resolvida pelos liberais que detêm a liderança política e econômica mundial, ao entenderem que o Estado é central para o processo do controle social, político e econômico. Não há dúvidas sobre isso. Estado capitalista e acumulação de capital estão sistematicamente entranhados e reciprocamente sustentados. Com esses elementos constituintes do diagnóstico e do receituário do Banco Mundial sobre a crise do Estado é que as reformas implementadas, em diversos países, são orientadas e condicionadas na direção hegemônica da concepção e da estrutura institucional e econômica que deve ocupar o Estado. É esse o receituário indicado para todos os Estados, principalmente para os Estados periféricos e endividados como os latino-americanos. O contexto, portanto, em que se insere a problemática que envolve o exame da política educacional latino-americana, não pode ser desvinculado da dinâmica econômico-social e político-educacional que consubstancia o processo em âmbito nacional e internacional. É nesse universo que são gestadas e implementadas as políticas educacionais que avançam

a partir dos anos de 1990, representadas pelos debates/orientações, no rastro das condicionalidades definidas para os países periféricos pelas agências multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o Fundo Monetário Internacional - FMI e a Organização Mundial do Comércio - OMC, e, também, nos embates políticos e sociais e nos enfrentamentos sociais, estatais, educacionais ou ideológicos dessas proposições.

Essas questões são preocupações diretas e indiretas expressas nos conteúdos examinados nos cinco artigos apresentados neste dossiê temático. Nos artigos os autores tratam de questões relacionadas com as políticas educacionais na América Latina e em suas análises os autores refletem sobre a articulação da política educacional latino-americana com essas preocupações, oferecendo um quadro amplo sobre a problemática e a disposição para participar do debate em torno da questão educacional regional e mundial.

No artigo *Educación Superior Internacional Comparada: tendencias mundiales y de América Latina y el Caribe*, de autoria de **Francisco López Segre**, da *Global University Network for Innovation* - GUNI - UNESCO, o autor examina as tendências mundiais e regionais no campo da política para a educação superior e analisa as principais implicações econômicas e sociais do processo de globalização na sociedade mundial e as transformações produzidas em âmbito da política educacional, questionando: “¿Deberíamos aceptar en las universidades los aspectos más negativos de la globalización - como, por ejemplo, los nuevos proveedores con ánimo de lucro - , o deberíamos dedicarnos a la construcción de una sociedad global que responda a ideales de mayor y solidaridad, al desarrollo humano y social?” O autor discute ainda as principais tendências no campo da educação superior, tais como a expansão quantitativa, a privatização crescente, a diversificação institucional e as crescentes restrições do financiamento público e apresenta uma análise sobre os problemas mais prementes, tais como a redução dos investimentos públicos, as inadequadas políticas governamentais, a rigidez da estrutura organizacional e as relações com o setor produtivo.

No artigo *La Irrevocable Voluntad de Igualdad o la Política Educativa Venezolana en la Transición Postliberal: iniciativas, tensiones y conflictos* de autoria de **Ramón Vicente Casanova Mattera**, do Centro de Estudios del Desarrollo da Universidad Central de Venezuela, o autor apresenta uma análise sobre a dimensão da experiência venezuelana de reforma da educacional nacional. Processo esse desencadeado com a vitória, em 1999, de um bloco político e social que se define desde o começo como antiliberal. O autor examina “las fuentes ideológicas que la apartan del programa del consenso de Washington, registrando el ‘retorno’ de las tradiciones intelectuales igualitaristas y los nuevos sentidos atribuidos a la educación dentro del diseño del proyecto nacional de desarrollo”. Apresenta também um quadro das implicações econômicas, sociais e políticas, explorando o entrelaçamento dessas questões com a implementação de uma política educacional nacional, revelando as tensões que as mudanças construídas e geradas produzem no campo das relações econômicas, estatais e curriculares, da gestão social e comunitária e das práticas pedagógicas e avaliativas das necessidades sociais e educativas venezuelanas. Discute ainda, como um eixo central, a questão do desenvolvimento econômico e das políticas educacionais como diretrizes nacionais de um projeto societário na direção e perspectiva da transformação social e da emancipação humana.

No artigo *Certificação e Gestão de Professores*, de autoria de **Eneida Oto Shiroma** e **Mara Cristina Schneider**, ambas da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, as autoras avaliam a proposta de certificação de professores incorporada em vários documentos nacionais e recomendada pelo Banco Mundial aos países da América Latina como uma estratégia fundamental para a melhoria da qualidade da educação. Analisam, portanto, a política de certificação como uma componente estratégica econômica, social e educacional, “atrelada às políticas de avaliação e gratificação por desempenho, implementa salários

individualizados, segmenta a categoria docente e institui novas formas de regulação da educação na América Latina”, vinculada diretamente aos processos econômicos, políticos e ideológicos ancorados na racionalização e regulação das relações de trabalho no atual contexto social e produtivo, no qual o processo de formação docente é frontalmente atingido.

No artigo *Políticas de Inclusão no Ensino Superior no Brasil* de autoria de **Elisabeth Rossetto**, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil, a autora examina as políticas de inclusão no ensino superior no Brasil, a partir da década de 1990, e reflete sobre o contexto nacional das políticas de inclusão que asseguram o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior e apresenta alguns elementos que contribuem para essa discussão, observando que a questão da inclusão representa “um dos maiores desafios para as Universidades e que as iniciativas de atendimento educacional a esses alunos por parte do governo têm priorizado a educação básica; tímidas ainda são as ações do Estado e da Federação acerca do acesso e da permanência do aluno com deficiência no ensino superior” e, portanto, expressa as debilidades sociais, institucionais e educacionais da política educacional para as pessoas com deficiência e o ingresso no ensino superior.

No artigo *A Orientação Sexual no Currículo Escolar: perspectivas e dificuldades* de autoria de **Andréa Cristina Martelli**, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil, a autora analisa a inclusão da temática “Orientação Sexual” no currículo oficial na década de 1990 e discute as dificuldades mais recorrentes entre os professores dos primeiros anos do ensino fundamental no tratamento do assunto. O texto traz também a avaliação dos pressupostos teórico metodológicos do referido tema transversal apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Brasil, tendo como base a leitura de teóricos como Michael Foucault (2005), Sigmund Freud (2002) e Isaura

Guimarães (1995), além de dados empíricos e das experiências docentes acerca da problemática. O foco central da análise da autora é a materialização da proposta da orientação sexual nas escolas, pautada numa concepção ampla de sexualidade, articulada com um fator essencial desse processo que é a formação docente. A autora afirma que a implementação de uma proposta abrangente, qualitativa e socialmente viável só pode ser respaldada efetivamente por uma política educacional nacional preocupada e centrada na dinamização de conteúdos e propostas que tenham como objetivo “ultrapassar os muros da explicação biológica e superar o caráter mercadológico da sexualidade é um dos grandes desafios para quem acredita na sexualidade como expressão de vida”.

Os artigos aqui apresentados divulgam pesquisas e estudos que tratam direta ou indiretamente da questão das políticas educacionais e apresentam argumentações analíticas diversas sobre os temas que envolvem a educação. Esperamos estar oferecendo aos educadores e aos estudiosos da educação em geral a oportunidade de socializar as contribuições das pesquisas relatadas nesses artigos e ampliar o debate sobre a política educacional latino-americana.

Este número da revista traz ainda dois artigos na seção de Temas Livres e uma resenha. Lizete Dala Costa, a partir de uma interessante leitura de Michael Bakhtin, Lev Vygotsky e Ferdinand Saussure, escreve sobre a comunicação apreendida como processo de linguagem na construção do espaço dialógico. Na seqüência, Irmã Antognazzi, Diretora do Grupo de Trabalho “Hacer la Historia”, apresenta uma importante reflexão acerca de diversos discursos que tentam ocultar e negar a centralidade do trabalho – atividade social – na vida das pessoas.

Boa leitura!

Roberto Antonio Deitos  
Organizador